CAPÍTULO XI

Salários e Ordenados

UMA TERCEIRA DISTINÇÃO entre o capitalismo e o tecnoburocratismo diz respeito ao problema do trabalho assalariado. O processo de generalização da mercadoria no sistema capitalista tem como uma de suas manifestações essenciais o trabalho assalariado. O trabalho, no capitalismo, é transformado em mercadoria, e como qualquer outra mercadoria tem um preço que deve corresponder ao seu custo de reprodução: o salário. O salário é, portanto, o preço da mercadoria-trabalho e deve corresponder ao valor dessa mercadoria, ou seja, ao custo de reprodução da mão-de-obra. No capitalismo monopolista de Estado — da mesma forma que os preços das mercadorias começam a deixar de corresponder aos seus respectivos valores, quer em virtude do caráter oligopolístico da economia, quer em virtude do surgimento de sistema tributário diferencial e de controle administrativo de preços por parte do Estado — também os salários tendem a perder em parte seu caráter de mercadoria, na medida em que os sindicatos logram elevá-los acima do nível de subsistência dos trabalhadores, ou seja, acima do custo de reprodução da mão-de-obra historicamente determinado.

Não estamos, entretanto, interessados em assinalar situações intermediárias das formações sociais mistas. No capitalismo, em seu estado puro, o trabalho é uma mercadoria; no tecnoburocratismo deixa de sê-lo. A remuneração dos trabalhadores não é determinada no mercado em função do custo de reprodução da mão-de-obra, mas é determinado politi-

camente pela tecnoburocracia estatal, em função das necessidades de acumulação estatal, da participação no excedente econômico que os tecnoburocratas pretendem reservar para si em forma de ordenados diretos e indiretos, e do volume de consumo social que o Estado decide controlar diretamente. O fato de o trabalho deixar de ser mercadoria não significa, portanto, que estamos diante de um sistema socialista, em que desaparece a exploração do trabalho. Da mesma forma que o desaparecimento do capital através da estatização ou nacionalização dos instrumentos de produção não significa socialismo sem que os trabalhadores passem a dirigir diretamente esses meios de produção e o próprio Estado, também o fato de que o trabalho deixe de ser mercadoria não significa que o excedente econômico passe a pertencer aos trabalhadores.

O salário, no tecnoburocratismo, deveria a rigor receber outro nome, na medida em que deixa de ser o preço da mercadoria-trabalho. Na falta de outra expressão, entretanto, continuaremos a utilizar a palavra "salário". Sua determinação é realizada nos termos do planejamento econômico estatal. Parte-se de um fundo salarial total. Este fundo é em seguida dividido pelos diversos setores econômicos e pelas diversas regiões do país e, finalmente, subdividido até chegar ao nível das empresas. O mercado não tem qualquer papel significativo nesse sistema. Descrevendo o sistema soviético afirma Alec Nove:

Todos os trabalhadores são divididos em graduações, o governo ajusta o salário da graduação um, a mais baixa; cada graduação acima é calculada por coeficientes que também são indicados pelo governo... (1961, p. 141).

Os salários são, portanto, rigidamente controlados pelo Estado. O papel do mercado aqui também é estritamente subsidiário. Faz-se presente apenas através da liberdade que os trabalhadores têm de mudar de emprego. Trabalho assalariado, entretanto, no sentido capitalista estrito do termo, não existe no modo tecnoburocrático de produção.

Reside na forma de apropriação do excedente uma outra distinção também essencial entre o modo de produção capitalista e o modo de produção tecnoburocrático. No modo de produção capitalista puro, a renda Y_k é igual à soma dos lucros R e salários W . Os salários correspondem à produção de bens de consumo básicos ou necessários B , enquanto os lucros correspondem à produção de bens de consumo de luxo V e à produção de bens de capital J . O excedente, portanto, é igual aos lucros.

$$Y_k = W + R$$

$$W = B$$

$$R = V + J$$

No modo de produção tecnoburocrático, tomando-se como referência um país desenvolvido como a União Soviética, a renda Y_t é constituída de lucros estatizados R_e , de ordenados O e de salários. Os salários correspondem ainda basicamente à produção de bens básicos, embora já se deva admitir o consumo pelos trabalhadores de uma pequena parcela nV da produção de bens de luxo. Em um país subdesenvolvido, esta parcela deve ser desprezada. Os ordenados são recebidos pelos tecnoburocratas de acordo com critérios econômicos e políticos, e correspondem basicamente ao consumo de bens de luxo, desde que consideremos, em uma formação social já plenamente tecnoburocratizada, desprezível o consumo de bens básicos pelos tecnoburocratas. O lucro estatizado R_e é utilizado para a acumulação de capital ΔK , correspondente à produção de bens de capital J .

$$Y_t = R_e + O + W$$

$$W = B + nV$$

$$O = (1 - n)V$$

$$R_e = J$$

Em termos de contabilidade nacional, a produção de um país pode ser definida em termos de produto Y_P , despesa Y_D ou renda Y_R . Os três agregados são estritamente equivalentes. Em ambos os modos de produção, o produto Y_P é constituído da somatória da produção de bens de capital, bens de consumo de luxo e de bens de consumo básico. A despesa global correspondente Y_D é definida também de forma semelhante, em termos de investimento I , consumo de bens de luxo C_V e consumo de bens básicos C_B .

$$Y_P = J + V + B$$

$$Y_D = I + C_V + C_B$$

Apenas a renda Y deve ser definida de forma diferente em cada um dos modos de produção: no capitalismo é constituída de salários e lucros; na tecnoburocracia, de salários, ordenados e lucros estatais.

Em uma situação intermediária, como é o caso do capitalismo monopolista do Estado, a formação social predominante é capitalista, mas já está infiltrada por traços tecnoburocráticos. Este é o estágio atual do desenvolvimento do sistema capitalista, no qual a renda Y não é constituída de dois elementos, lucros e salários, como no capitalismo puro, mas de três: lucros, salários e ordenados. Os lucros são utilizados não apenas para acumulação, mas também para consumo de bens de luxo. Os ordenados já estão presentes e são aplicados não apenas em bens de luxo, mas também, no caso dos ordenados mais elevados, em ativos financeiros. Nestes momentos, tecnoburocratas e capitalistas, que já são aliados, em parte se confundem. Não estamos agora, porém, preocupados em examinar esta situação intermediária, mas em definir o modo de produção capitalista puro em oposição ao modo de produção tecnoburocrático.

A apropriação privada do excedente econômico através dos ordenados e não dos lucros, já que estes estão estatizados, é uma distinção essencial entre o modo de produção tecnoburocrático e o capitalismo. O ordenado é a remuneração do tecnoburocrata, assim como o lucro é a remuneração do capitalista. Ambos são extraídos do excedente, mas sua natureza é totalmente diversa.

O lucro ou mais-valia (na verdade, o lucro é uma parcela da mais-valia quando distinguimos entre capitalistas ativos, que recebem lucros, e inativos, que recebem aluguéis ou juros) é o resíduo obtido pelo capitalista depois de vender seu produto de acordo com seu valor no mercado e de ter pago o trabalho-mercadoria de seus trabalhadores também de acordo com seu valor de mercado. O lucro capitalista realiza-se, assim, no mercado depois que o custo da reprodução da mão-de-obra foi pago em termos de salários. No capitalismo, portanto, a apropriação do excedente econômico realiza-se através do mercado e não diretamente através da violência, como acontecia nos modos de produção pré-capitalistas. Nestes era sempre a força ou a violência a forma pela qual a classe dominante extraía o excedente produzido pelos trabalhadores. No modo asiático de produção a forma por excelência de extração do excedente é o tributo, na escravidão é o próprio trabalho escravo, no feudalismo a corvêia. Já no caso do capitalismo, a força foi utilizada para sua implantação. Verificou-se, então, o processo histórico da acumulação primitiva. Uma

vez que o capitalismo passou a funcionar em termos clássicos e concorrenciais, porém, a apropriação começou a ser feita através do mercado. A violência continua a existir, mas de forma indireta através do Estado, na medida em que este garante policialmente a reprodução do sistema político. Isto significa para o Estado o papel fundamental de assegurar, através da violência, a redução econômica do trabalho à condição de mercadoria. A partir daí, a produção da mais-valia passa a ser um fenômeno normal do mercado. A conotação de força só volta à apropriação do excedente quando o capitalismo se torna monopolista, ou seja, quando o capitalismo começa a desfigurar-se.

No caso da apropriação do excedente através dos ordenados, temos uma situação mista, em que esta apropriação se realiza ao mesmo tempo através do mercado e pela força, administrativamente. A forma de apropriação é obviamente muito diversa da do lucro, mas pode ser confundida com os salários. Importa, pois, distinguir claramente os salários dos trabalhadores dos ordenados dos tecnoburocratas. Uma análise superficial poderia levar à afirmação de que tanto ordenados quanto salários constituem remuneração do trabalho e, portanto, não haveria razão para maiores distinções. Na verdade, a primeira distinção deriva exatamente da natureza do trabalho executado. O trabalhador está diretamente ligado à produção de bens e serviços. O tecnoburocrata inclui-se entre os que realizam “trabalho improdutivo”, na terminologia de Adam Smith (1776, v. 1, p. 295). Não são diretamente responsáveis pela produção. Na qualidade de administradores, engenheiros, técnicos, coordenam o trabalho produtivo e o orientam tecnicamente. A expressão “trabalhadores improdutivos” não significa, portanto, em absoluto, que os tecnoburocratas não contribuam para a produção. Seu papel na organização dessa produção é importante. O tecnoburocrata é um técnico ou um burocrata sobre o qual existe um pressuposto de competência técnica. Isto significa que ele pretende possuir o monopólio do conhecimento técnico e organizacional, os quais são essenciais para a eficiência do sistema produtivo. É claro que esta pretensão ao monopólio do saber tem caráter também ideológico. É uma das bases através da qual o tecnoburocrata legitima sua posição de poder e sua apropriação do excedente econômico. Mas não se trata de uma posição meramente ideológica, na medida em que a administração das organizações e seu avanço tecnológico são essenciais para o desenvolvimento do sistema econômico. O que pode e deve ser discutido é o caráter burocrático da

administração e a natureza eventualmente anti-social do desenvolvimento tecnológico, e não a própria administração e o avanço tecnológico.

Nestes termos, os tecnoburocratas legitimam sua posição com base na competência técnica e no desenvolvimento econômico resultante. Este desenvolvimento deve permitir o aumento sistemático da remuneração dos trabalhadores, de forma a mantê-los permanentemente satisfeitos, apesar da prevalência de um sistema politicamente repressivo e marcado pela desigualdade.

Os ordenados remuneram, portanto, o trabalho "improdutivo" apenas no sentido de que se trata de um trabalho não diretamente ligado à produção.

O trabalhador opera o instrumento de produção, enquanto o tecnocrata o controla, através da organização burocrática. É esta colocação privilegiada do tecnoburocrata, controlando os instrumentos de produção e situado formalmente na organização burocrática em posição de autoridade, que torna a natureza dos ordenados diversa da dos salários.

Os salários são a remuneração do trabalho produtivo. No capitalismo clássico e no subdesenvolvimento industrializado, os salários são determinados a longo prazo pelo custo da reprodução da mão-de-obra e, a curto prazo, pelo aumento ou diminuição da procura de trabalhadores, na medida em que aumenta ou diminui a taxa de acumulação de capital. No capitalismo monopolista, os salários são determinados a longo prazo pelo custo de reprodução da mão-de-obra mais uma parcela do excedente que os trabalhadores organizados conseguem assegurar para si através da luta sindical. No modo tecnoburocrático de produção, os salários são também determinados pelo custo de reprodução da mão-de-obra mais uma parte do excedente que os trabalhadores vão aos poucos obtendo. Diferentemente do que ocorre no capitalismo monopolista, porém, esta participação no excedente não se deve ao poder sindical, mas à necessidade que os tecnoburocratas no poder têm de se autolegitimarem através da concessão de melhores condições de vida para os trabalhadores. Embora o sistema tenda a ser politicamente autoritário, os tecnoburocratas necessitam de uma legitimação para seu poder. Esta legitimação baseia-se na afirmação ideológica de que exercem o poder em nome dos trabalhadores. Nestes termos, ainda que o poder seja realmente exercido pelos tecnoburocratas em seu próprio nome e benefício, estes não têm outra alternativa senão permitir uma participação dos trabalhadores no excedente.

Em qualquer hipótese, os salários são sempre a remuneração do trabalho produtivo. Estão diretamente relacionados à produção. E para as empresas constituem um custo variável, que aumenta ou diminui na medida em que varia a produção. O nível geral dos salários é dado pelos fatores acima mencionados — custo de reprodução da mão-de-obra e poder de barganha politicamente determinado. Uma vez definido esse nível básico, a teoria da produtividade marginal pode ser útil para explicar a alocação do trabalho entre as empresas ou as diversas atividades produtivas.

Já os ordenados não apresentam qualquer relação direta com a produção. A taxa de ordenados ou ordenado médio, definida pela razão entre o total de ordenados e o número de tecnoburocratas, não pode ser explicada pelo custo de reprodução dos tecnoburocratas. O conceito de produtividade marginal, que não nos ajuda a explicar o nível geral de salários, é muito menos útil para explicar a taxa de ordenados ou mesmo os diferenciais de ordenados, na medida em que nada é mais difícil do que determinar a produção marginal de um tecnoburocrata.

A taxa de ordenados depende basicamente do volume total de ordenados e do número de tecnoburocratas. O volume total de ordenados, por sua vez, depende do excedente total e da forma pela qual ele é apropriado e repartido. A produção do excedente depende basicamente do grau de desenvolvimento das forças produtivas e do nível de acumulação do capital da sociedade, seja qual for o modo de produção.

Já a apropriação e repartição do excedente variam de acordo com o modo de produção. No capitalismo clássico ou puro, o excedente é apropriado integralmente pela classe capitalista. Os tecnoburocratas inexistem. No capitalismo monopolista de Estado e no subdesenvolvimento industrializado, tecnoburocratas e capitalistas dividem a maior parte do excedente em termos de ordenados e lucros, com tendência a uma participação crescente dos primeiros. Os trabalhadores conseguem também uma parte do excedente no capitalismo monopolista. No modo de produção tecnoburocrático, desaparecem os capitalistas e os lucros privados. Os tecnoburocratas, que controlam o Estado e as empresas públicas, devem reservar uma parte do excedente para a acumulação de capital que permita a reprodução e ampliação do excedente. Devem também destinar uma parte, a menor possível, aos trabalhadores, a fim de legitimarem sua posição. O restante será dividido entre os próprios tecnoburocratas em função da escassez relativa das diversas funções exercidas e do poder político de cada tecnoburocrata ou grupo de tecnoburocratas dentro do sistema.

A determinação do total de ordenados, dada a condicionante básica do volume do excedente e da necessidade de acumulação de capital, é eminentemente política. As próprias necessidades de acumulação são definidas politicamente, e a parte do excedente destinada aos trabalhadores dependerá essencialmente da sua capacidade de reivindicação ou, o que é a mesma coisa, da necessidade de legitimação dos tecnoburocratas.

A legitimação dos tecnoburocratas, por sua vez, depende não apenas de sua capacidade de organizar a produção e distribuir parcialmente o excedente, mas também de todo um sistema ideológico montado para sua sustentação. Este sistema ideológico coloca como objetivo básico da sociedade o desenvolvimento econômico, ou seja, o aumento do excedente através do uso mais eficiente dos fatores produtivos. E tem como primeiro postulado a crença de que a eficiência das organizações produtivas e do Estado será tanto maior quanto maior for o número de tecnoburocratas. Nestes termos, os tecnoburocratas são sempre relativamente escassos. Seu número está sempre crescendo, seja em função do aumento da produção, seja em função das necessidades de controle, seja em função do simples crescimento demográfico dos próprios tecnoburocratas. Embora o número de tecnoburocratas não esteja diretamente relacionado com a produção, esta relação existe. Por outro lado, os tecnoburocratas são extremamente necessários para manter-se o controle social. Muitas vezes, a lógica da produção dispensaria muitos tecnoburocratas, mas a lógica do controle social, a necessidade de manter os trabalhadores firmemente subordinados e o esforço no sentido de se apropriar de uma parte do excedente levam ao recrutamento de novos tecnoburocratas.¹⁰

Entretanto, embora sempre crescendo, o número de tecnoburocratas é sempre, e por definição, insuficiente. Já que não é possível determinar com precisão a demanda dos tecnoburocratas em função das necessidades da produção, esta demanda passa a depender de um fator ideológico, da afirmação de que a eficiência das organizações pode sempre crescer graças a um maior número de tecnoburocratas.

Por outro lado, fica claro por esta análise que o próprio conceito de lucro sofre uma alteração profunda no modo de produção tecnoburocrático, em relação ao modo de produção capitalista. Não temos mais o lucro privado, mas o lucro estatizado. Este não serve mais para o consumo

¹⁰ Ver a análise de Herbert Gintis (1972) e de Stephen A. Marglin (1974 e 1975) sobre a função de hierarquia nas organizações capitalistas.

privado de luxo, a não ser através dos ordenados não-pecuniários que os tecnoburocratas recebem. Por outro lado, no sistema capitalista, a maximização do lucro é objetivo claro dos capitalistas, enquanto os tecnoburocratas procuram, através do controle do capital que exercem, maximizar os ordenados. Para isto é fundamental expandir a produção de cada empresa e o excedente geral da sociedade, que depende do nível da produção nacional. O volume dos ordenados que cada organização pode pagar em uma economia tecnoburocrática pura não depende de seus lucros, mas do volume total da produção da empresa e do nível geral do excedente social. O lucro não é sequer um critério importante para medir a eficiência das empresas, dada a predominância do planejamento sobre o mercado. A expansão da produção é essencial porque interessa aos tecnoburocratas não apenas maximizar a taxa de ordenados, mas o volume total de ordenados através da incorporação de novos tecnoburocratas no sistema.

Não é, entretanto, apenas na forma de apropriação ou extração do excedente econômico que o capitalismo se distingue do socialismo, mas também e necessariamente na forma de repartição desse excedente. No modo de produção capitalista o excedente é repartido entre os capitalistas de acordo com uma regra simples e direta: o volume de capital detido pelo capitalista individual, um a um. Este critério decorre do fato elementar em teoria econômica de que a taxa de lucros no capitalismo é igual em todos os setores em virtude da concorrência. Nestes termos, os lucros dividem-se entre os capitalistas de acordo com seu capital. Já no tecnoburocratismo, a repartição do total de ordenados entre os tecnoburocratas não tem nada a ver com o capital que controlam. Depende, isto sim, da posição que cada tecnoburocrata ocupa dentro da hierarquia organizacional. Novamente, é a organização e não o capital o elemento determinante nesse modo de produção.

Em síntese, o modo de produção tecnoburocrático distingue-se do capitalista porque nele desaparece o processo de generalização da mercadoria; o trabalho, inclusive, deixa de ser mercadoria trocada no mercado pelo seu custo de produção, embora continue a existir um sistema de exploração; as relações de produção deixam de ser capitalistas com o desaparecimento da burguesia e da propriedade privada dos instrumentos de produção, ou seja, com o desaparecimento do capital, surgindo em seu lugar relações tecnoburocráticas de produção e a propriedade organizacional, caracterizada pela intermediação da organização burocrática entre o conjunto dos tecnoburocratas e os instrumentos de produção; a classe capi-

talista ou burguesia desaparece ao ser expropriada, surgindo em seu lugar a classe tecnoburocrática ou tecnoburocracia; a apropriação privada do excedente deixa de ser realizada através do lucro e passa a realizar-se através dos ordenados; a repartição do excedente deixa de ser realizada com base no volume de capital de cada capitalista e passa a ser realizada de acordo com a posição do tecnoburocrata na hierarquia organizacional; o sistema econômico deixa de ser coordenado pelo mercado e passa a sê-lo pelo planejamento centralizado. O mecanismo de preços pode ainda ser usado para ajudar a controlar a procura mais do que a oferta dentro do sistema, mas seu papel será subsidiário. O modo de produção tecnoburocrático é o modo de produção do grande Estado nacional e das empresas públicas, em que os tecnoburocratas, através do controle do novo fator estratégico de produção (Galbraith, 1967, p. 65, e Bresser Pereira, 1972, p. 37-56), ou seja, do conhecimento técnico e organizacional, passam a controlar também toda a sociedade. Assumem, assim, o poder político ao mesmo tempo em que desenvolvem uma ideologia autoritária, racionalista e desenvolvimentista destinada a legitimar seu poder.¹¹

¹¹ A supremacia da técnica e dos administradores burocráticos na ideologia tecnoburocrática soviética tem documentação exaustiva. Vale a pena, entretanto, lembrar este pronunciamento lapidar de Stalin em 1935: "A antiga palavra de ordem — 'a técnica decide tudo', reflexo de um período já ultrapassado, quando a penúria entre nós era principalmente técnica — deve agora ser substituída por uma nova palavra de ordem: 'os administradores decidem tudo'. Isto é hoje o essencial" (*Histoire du Parti Communiste de L'URSS*, redigida por uma comissão do Comitê Central do PC(b) da URSS, 1938, p. 373-4).